

16. A periodização mais conhecida é a de Capistrano de Abreu, que divide o Império da seguinte maneira: Primeiro Reinado (1822-1831); Regência (1831-1840); Basco do Segundo Reinado (1840-1850); Apogeu (1850-1864); Guerra (1864-1870); Crise e Queda (1870-1889). Ver *Ensaio e Estudos*, 3ª Série, p. 115.
130. Outra divisão pode ser encontrada em Justiniano José da Rocha, posteriormente complementada por Joaquim Nabuco. Ver "Agão, Reação e Transição", em Raimundo Magalhães Jr. (org.), *Três Panfletários do Segundo Reinado*, p. 161-218; e *Um Estadista do Império*, p. 937.

CAPÍTULO 3 Unificação da elite: uma ilha de letrados

Elemento poderoso de unificação ideológica da elite imperial foi a educação superior. E isto por três razões. Em primeiro lugar, porque quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela: a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos. Em segundo lugar, porque a educação superior se concentrava na formação jurídica e fornecia, em consequência, um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades. Em terceiro lugar, porque se concentrava, até a Independência, na Universidade de Coimbra e, após a Independência, em quatro capitais provinciais, ou duas, se considerarmos apenas a formação jurídica. A concentração temática e geográfica promovia contatos pessoais entre estudantes das várias capitânicas e províncias e inculca neles uma ideologia homogênea dentro do estrito controle a que as escolas superiores eram submetidas pelos governos tanto de Portugal como do Brasil.

Dado que até 1850 a grande maioria dos membros da elite foi educada em Coimbra, será necessária breve notícia sobre essa Universidade e sobre a atmosfera intelectual que lá dominava.

A Universidade foi criada em Lisboa em 1290 e transferida para Coimbra em 1308. Sendo de origem francesa a primeira dinastia portuguesa, predominaram nos primórdios da Universidade as orientações jurídicas francesas e italianas já profundamente marcadas pelo direito romano. Um dos principais centros do ensino desse direito era a Universidade de Bolonha, que forneceu vários romanistas a Coimbra, onde ficaram conhecidos como os "bolônios".

Em 1384, D. João I, O Mestre de Avis, retornou a Universidade a Lisboa, ao mesmo tempo em que estendia sobre ela o controle governamental mediante a nomeação real do Provedor. A partir de D. João II, os reis foram declarados Protetores da Universidade e terminou a livre escolha de reitores e lentes. Como já vimos, foi sob D. João I que se consolidou em Portugal o

poder monárquico, tendo grande influência no processo o “bolônio” João das Regras. Como diz Teófilo Braga:

“Os juriconsultos foram os organizadores teóricos desta ditadura monárquica; a transformação do regime feudal sob D. João I opera-se pela preponderância do chanceler João das Regras, legista da escola de Bolonha”².

Os juristas, “almas danadas dos reis”, como os chamou Michelet, dominaram até 1537, quando a Universidade voltou a Coimbra. Teve então início um período de dois séculos de controle jesuítico, durante o qual a Universidade se isolou da influência do progresso intelectual e científico europeu. Os jesuítas obtiveram o controle do Colégio das Artes, cuja frequência se tornou obrigatória para todos os que quisessem cursar leis e cânones. A partir de 1599 implantaram a *Ratio Studiorum* (*Ratio et institutio studiorum Societatis Jesu*), que privilegiava o latim e o grego sobre a língua pátria, a teologia sobre a filosofia, o aristotelismo e o escolasticismo sobre o cartesianismo, numa demonstração da natureza defensiva do ensino religioso após o Concílio de Trento. A luta contra o cartesianismo foi particularmente intensa e culminou com a tentativa dos jesuítas de expulsar de Portugal os padres do Oratório, conhecidos por sua maior abertura às novas idéias. O ensino jurídico permaneceu sob a influência do direito romano mas perdeu parte do prestígio anterior³.

A situação só se modificou novamente em 1759, quando os jesuítas foram expulsos de Portugal e das colônias pela ação de Sebastião de Carvalho e Melo. A expulsão seguiu-se vasta e profunda reforma da educação portuguesa em todos os níveis. Ainda em 1759 foram criadas aulas régias de latim, grego e retórica; em 1761 surgiu o Colégio dos Nobres; em 1770 foi nomeada a Junta de Providência Literária, que já no ano seguinte apresentava o famoso *Compendio Histórico*, um libelo contra os “estragos feitos nas ciências, nos professores e diretores” da Universidade de Coimbra pelos jesuítas. Finalmente, em 1772, veio a reforma da Universidade, sob a direção do reitor brasileiro Francisco de Lemos e com total apoio de Pombal nomeado visitador.

Os métodos e o conteúdo da educação jesuítica foram radicalmente reformulados. A ênfase deslocou-se para as ciências físicas e matemáticas. A nova Faculdade de Filosofia concentrou-se nas ciências naturais — a física, a química, a zoologia, a botânica, a mineralogia. O impacto da mudança pode ser observado na matrícula dos alunos nos anos 1772 e 1773.

O Iluminismo atingia Portugal, finalmente. E vinha na seqüência, se não na dependência, de novo surto de fortalecimento do poder estatal, agora engajado num grande esforço para soerguer a economia ameaçada pelo início da decadência do ciclo do ouro, pelas flutuações do preço do açúcar e pela sempre presente dominação inglesa. Tratava-se fundamentalmente de colocar a educação em condições de ser útil ao esforço de recuperação econômica. No que se refere a Coimbra, a nova orientação levou à ênfase nas ciências naturais, pois delas, sobretudo da mineralogia e da botânica, se esperavam contribuições no sentido de renovar ou inovar a exploração dos recursos naturais das colônias, especialmente do Brasil⁴.

QUADRO 1

Matrícula por Cursos em Coimbra, 1772-1773

Disciplinas	Matrículas	
	1772	1773
Cânones e Leis	360	531
Teologia	14	-
Medicina	14	62
Matemática	5	162
Filosofia	-	78
Total	393	833

Fonte: Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra*, p. 465, 527. Os dados para 1772 estão incompletos.

Surgindo nesse contexto, o Iluminismo português ficou mais próximo do italiano do que do francês. Preparado pelos padres do Oratório, com Luís Antônio Verney à frente, esse Iluminismo era essencialmente reformismo e pedagogismo. Seu espírito não era revolucionário, nem anti-histórico, nem irreligioso, como o francês; mas essencialmente progressista, reformista, nacionalista e humanista. Era o Iluminismo italiano: um Iluminismo essencialmente cristão e católico⁵.

Pombal não queria saber do Iluminismo francês, pois este continha elementos capazes de pôr em perigo a autoridade em geral e a autoridade real em particular. Rousseau e Voltaire continuavam proibidos na nova ordem. Boa parte da motivação do marquês no combate aos jesuítas vinculava-se mesmo à

posição desses padres com referência à autoridade real, expressa nas palavras do conde de Campomanes, encarregado na Espanha do processo de expulsão: "[...] eles sustentavam que os homens da Igreja não estavam de fato submetidos aos reis, criando-se, em consequência, duas monarquias dentro do Estado, uma temporal e uma espiritual"¹⁰.

Algumas correntes dentro da ordem, lideradas por Suarez, iam mesmo mais longe e diziam que a legitimidade dos governantes vinha do consentimento popular; doutrina tão inaceitável para as monarquias absolutas como a do duplo poder, se não mais⁷.

As reformas de Pombal produziram notável grupo de cientistas. Muitos deles eram brasileiros e alguns ainda militavam na política à época da Independência, como Manuel F. da Câmara e José Bonifácio, naturalistas de estatura internacional. Mas, embora comprometidos todos com o objetivo de promover o progresso científico e técnico, em termos políticos o comportamento desses cientistas não se distanciava muito do dos juristas. Certamente se preocupavam menos com a manutenção da ordem e com a centralização do poder. Alguns dos que viviam em Minas, por exemplo, envolveram-se na Inconfidência. Mas no fundo eram frutos do Iluminismo português, politicamente conservador. Além disso, também muito dentro dos objetivos das reformas pombalinas, a maioria deles trabalhava para o governo. Em Minas, ao final do período colonial, havia 34 cientistas em cargos públicos. Muitos haviam sido comissionados pelo governo de Lisboa para levantar as potencialidades econômicas da capitania, sobretudo na área dos recursos minerais e vegetais⁸. Os líderes mais radicais dos movimentos libertários antes da Independência tinham formação francesa ou puramente brasileira.

Além de José Bonifácio e de seu colega de estudos na Europa, Manuel Ferreira da Câmara, o mais influente dos cientistas ilustrados foi o bispo Azeredo Coutinho, um ex-senhor de engenho, formado em cânones e ciências naturais em Coimbra, onde ingressou no ano da reforma. Sua obra mais importante foi o Seminário de Olinda, concebido na melhor tradição do Iluminismo português. O Seminário teve grande impacto na formação do clero nordestino e afetou as idéias e o comportamento político de toda uma geração de padres⁹.

Com a morte do rei D. José I em 1777, no entanto, Pombal deixou o governo e teve início a reação contra sua obra. No que se refere à Universidade, muitos professores e estudantes foram processados pelo Santo Ofício

e expulsos sob acusações de deísmo, naturalismo, enciclopedismo, heresia¹⁰, e expulsos pela Viradeira, como ficou conhecida a reação, foi o mineiro Francisco de Melo Franco, que em represália escreveu a sátira *O Reino da Estupidéz*, na qual esta senhora aparece sendo recebida triunfalmente na Universidade¹¹. A Viradeira teve como consequência o abandono da ênfase nas ciências naturais e a volta do direito à antiga predominância. A maior parte dos políticos brasileiros da primeira metade do século XIX estudou em Coimbra após a reação.

Ao lado da Universidade de Coimbra, duas outras instituições de ensino foram importantes para a formação da elite brasileira, a Real Academia de Marinha e o Colégio dos Nobres. Ambas destinavam-se à formação militar dos nobres. O Colégio foi criado por Pombal com a finalidade explícita de dar aos filhos da nobreza uma alternativa para o serviço do Estado que não fossem as carreiras eclesiástica e judiciária. Também ele punha ênfase nas ciências exatas e naturais dentro da perspectiva do serviço público.

No Brasil, a educação, antes de Pombal, estava quase que exclusivamente nas mãos dos jesuítas. Após sua expulsão, o Estado criou as aulas régias, cujos professores nomeava diretamente. As aulas limitavam-se às primeiras noções de latim, grego, filosofia, geografia, gramática, retórica, matemática e deveriam ser custeadas pelo imposto então criado, o subsídio literário. Mas o sistema não funcionou a contento, pois o subsídio ou não era cobrado adequadamente, ou era desviado para Portugal; os melhores professores não permaneciam no posto por causa dos baixos salários; e, de qualquer maneira, o número de aulas era ridiculamente pequeno frente às necessidades da colônia. Logo após a introdução do sistema, o número de aulas régias foi calculado como segue: 17 de ler e escrever, 15 de gramática, seis de retórica, três de grego e três de filosofia. Ao todo 44, para uma população que girava em torno de 1.500.000¹². O restante da educação formal era dado em escolas religiosas, seminários, aulas particulares.

Foi política sistemática do governo português nunca permitir a instalação de estabelecimentos de ensino superior nas colônias. Quando em 1768 a capitania de Minas Gerais pediu permissão para criar por conta própria uma escola de medicina, o Conselho Ultramarino respondeu que a questão era política, que a decisão favorável poderia enfraquecer a dependência da colônia e que "um dos mais fortes vínculos que sustentava a dependência das

colônias era a necessidade de vir estudar a Portugal". Aberto o precedente, continuou o Conselho, criar-se-ia uma aula de jurisprudência até o corte do vínculo de dependência. O governo deveria antes fornecer bolsas de estudo para que os alunos pobres pudessem fazer a viagem a Portugal¹³.

Em contraste marcante com essa política, a Espanha permitiu desde o início a criação de universidades em suas colônias. Alguns autores sugerem como razão para a diferença a concepção federativa dos Habsburgos, distinta do centralismo dos Bourbon¹⁴. Seja como for, as conseqüências foram profundas. Os dois modelos de universidades espanholas, a Real Universidade de Salamanca e a confessional e pontifícia Universidade de Alcalá, viram-se reproduzidos em 23 instituições de ensino superior distribuídas pela colônia. De acordo com Arciniegas, a distribuição das universidades era a seguinte¹⁵:

QUADRO 2

Localização e Número de Universidades na Colônia Espanhola da América

Localização	Número
Hispaníola (Santo Domingo)	2
Cuba (Havana)	1
México (México, Guadalajara)	3
Nicarágua (León)	1
Panamá (Panamá)	1
Colômbia (Bogotá)	2
Venezuela (Caracas, Mérida)	2
Ecuador (Quito)	4
Peru (Lima, Cuzco, Huamanga)	4
Bolívia (Charcas)	1
Chile (Santiago)	2
Argentina (Córdoba)	2
Total	25

Fonte: German Arciniegas, *Latin America, a Cultural History*, p. 151-52.

Já em 1551, foram criadas as primeiras universidades (México e Peru). Solicitações de novas universidades usavam como argumento a dificuldade apresentada pelas viagens ao México e ao Peru e a necessidade de formar quadros religiosos adequados para a defesa e propagação da religião. O último argumento aponta para uma das características básicas dessas universidades

— sua forte vinculação com instituições e objetivos religiosos. Conforme observa Steger, as universidades ibéricas já se distinguiam de suas similares européias pela orientação instrumental, pelo comprometimento com o fortalecimento do poder real, ou com a defesa da fé católica contra o islamismo. Nas colônias, sob a influência dos jesuítas, o objetivo da conquista religiosa tornou-se predominante. Mesmo a Real Universidade do México, criada segundo o modelo de Salamanca, mudou a ênfase do direito para a teologia¹⁶.

A predominância de objetivos religiosos revela-se na filiação institucional das universidades. Das 15 menores listadas por Lanning, nove eram controladas pelos jesuítas, quatro pelos dominicanos, uma pelos agostinianos e uma pelos franciscanos. A maior parte das 10 maiores era também controlada por ordens religiosas¹⁷. A Universidade de Córdoba, criada pelos jesuítas em 1622, só conferiu o primeiro diploma jurídico em 1797. A Real Universidade de San Felipe em Santiago conferiu, entre 1747 e 1810, 166 diplomas em teologia, 18 em direito, cinco em medicina e nenhum em matemática. As duas universidades colombianas estavam sob total controle dos jesuítas e dominicanos, o mesmo acontecendo no Equador¹⁸.

A política educacional da Espanha teve duas conseqüências importantes para a formação de elites. Em primeiro lugar, a ampla distribuição geográfica das universidades permitiu a formação de elites intelectuais praticamente em todas as subdivisões administrativas que posteriormente se transformaram em países independentes. Naturalmente, nas principais universidades coloniais havia contratos entre estudantes de regiões diversas. Vários argentinos, paraguaios e bolivianos, por exemplo, se formaram na Universidade de San Felipe em Santiago. Mas no contexto geral da colônia esses contratos foram pouco significativos e não podem ser comparados com os que a política portuguesa propiciava. Em segundo lugar, a predominância religiosa, sobretudo a jesuítica, dava ao direito um peso muito menor do que tinha em Coimbra. Os jesuítas eram ultramontanos e constitucionalistas, se não favoráveis à idéia do consentimento popular como base da legitimidade do governo. Juntas, essas duas características não favoreceram a criação de uma elite homogênea e possuidora do tipo de treinamento que se pudesse adequar às tarefas de construção do Estado. Quando irromperam as guerras de independência, as elites locais derrotaram as tentativas de manter a unidade da colônia, ou mesmo de algumas de suas partes feitas por homens como Bolívar.

Em segundo lugar, a política espanhola contribuiu para a difusão da educação superior em grau muito maior que o propiciado por sua congênera portuguesa. Calculou-se que até o final do período colonial umas 150.000 pessoas se tinham formado nas universidades da América espanhola. Só a Universidade do México formou 39.367 estudantes até a independência.¹⁹ Em vivo contraste, apenas 1.242 estudantes brasileiros matricularam-se em Coimbra entre 1772 e 1872. E o número de brasileiros que estudaram na França ou em outro país europeu não era certamente muito grande, embora não possamos citar números. O prego da homogeneidade da elite brasileira foi uma distribuição muito mais elitista da educação e a menor difusão de idéias que os governos da época consideravam perigosas. Apesar do controle religioso, a maior difusão da educação superior nas colônias espanholas contribuiu também para a maior propagação das idéias do Iluminismo francês, sinônimo de oposição ao poder absoluto.²⁰

O impacto unificador exercido pela centralização em Coimbra pode ser inferido do quadro 3, que também fornece a distribuição da população livre entre as províncias para efeitos comparativos.

O quadro inclui estudantes matriculados até 1872 mas somente 200% se matricularam após a instalação dos cursos de direito no Brasil em 1828. Os dados mostram tanto o reduzido número de estudantes como sua distribuição mais ou menos de acordo com a importância econômica e política de seus lugares de origem. O maior número de estudantes em relação à população é encontrado nas capitâneas ou províncias que tinham sido ou eram centros da administração colonial, como Maranhão, Bahia e Rio de Janeiro. As únicas unidades importantes com considerável déficit de estudantes em relação à população são Rio G. do Sul e São Paulo. No caso de São Paulo o fato foi compensado pela proximidade com o Rio de Janeiro e, para efeito de seu comportamento durante o processo de independência, pela presença de figuras dominantes como José Bonifácio. No que se refere ao Rio G. do sul, a relativa ausência de gaúchos em Coimbra foi certamente uma razão adicional para o isolamento da província e seu sempre problemático relacionamento com o governo central.²¹

A importância política da concentração é iniludível. Boa parte do impulso autonomista, ou mesmo separatista, de províncias e regiões pôde ser prevenida pela formação comum e pelos laços de amizade criados durante o período escolar. Homens como o visconde do Uruguai e o marquês do Paraná, por

exemplo, dois sustentáculos da reação conservadora, o primeiro nascido em Paris, o segundo em Minas Gerais, tornaram-se amigos em Coimbra, o mesmo acontecendo com vários outros. Os políticos que receberam sua formação no Brasil antes da Independência, sobretudo os padres, tendiam a se preocupar muito menos com a unidade do país e com o fortalecimento do poder central.

QUADRO 3

Estudantes Brasileiros Matriculados em Coimbra, por Província, 1772-1872, e Distribuição Provincial da População, 1823.

Capitania/Província	% de Estudantes	% da População
Pará	3,70	3,13
Maranhão	8,78	2,41
Piauí	0,08	2,84
Ceará	0,40	6,40
Rio G. do Norte	0,08	2,01
Paratiba	1,21	3,64
Pernambuco	11,52	11,73
Alagoas	0,08	3,20
Sergipe	0,24	3,13
Bahia	25,93	15,44
E. Santo	0,24	2,13
Rio de Janeiro	26,81	10,70
Minas Gerais	13,61	15,11
São Paulo	3,70	9,21
Santa Catarina	0,00	1,69
Rio G. do Sul	1,53	5,07
Mato Grosso	0,40	0,85
Goiás	1,21	1,31
Cisplatina	0,48	?
Total	100,00 (N = 1.242)	100,00 (N = 2.813.351)

Fontes: Para o número de estudantes, Francisco Morais, "Estudantes Brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1872)", *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, LXII (1940), p. 137-335. Para a população, "Memória Estatística do Império", autor desconhecido, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, Tomo LVIII, Parte I (1895), p. 91-99.

O quadro da educação superior da colônia só começou a mudar com a chegada da Corte em 1808. Uma Real Academia dos Guardas-Marinhas e uma Academia Real Militar foram logo criadas (1808 e 1810), seguidas pelas

Escolas de Medicina do Rio de Janeiro e de Salvador (1813 e 1815) e, em 1820, pela Academia de Belas-Artes²². Mas as escolas dedicadas explicitamente à formação da elite política só surgiram após a Independência. Trata-se dos dois cursos de direito criados em 1827 e iniciados em 1828, um na cidade de São Paulo, outro em Olinda, transferido em 1854 para Recife. Além desses, uma Escola de Farmácia foi criada em Ouro Preto em 1839 e no mesmo local instalou-se uma Escola de Minas em 1876. Em 1858 a engenharia civil foi retirada da Academia Militar e transferida para a Escola Central que, por sua vez, se transformou na Escola Politécnica em 1874, copiando a instituição francesa do mesmo nome.

Após o Ato Adicional de 1834, a educação superior se tornou responsabilidade tanto do governo geral como dos governos provinciais, mas nenhuma escola superior foi criada pelas províncias durante o Império, reproduzindo-se internamente efeito semelhante ao buscado pela política colonial na centralização e homogeneização da formação das elites.

No ensino secundário, a instituição mais importante foi o Colégio de Pedro II criado em 1838 e destinado especialmente aos filhos de famílias ricas, que preparava para as escolas superiores, e também formava bacharéis em letras²³. Havia ainda no Rio uma Escola de Música, um Instituto Comercial e outras escolas profissionais.

Os filhos de famílias de recursos, que podiam aspirar a uma educação superior, iniciavam a formação com tutores particulares, passavam depois por algum liceu, seminário ou, preferencialmente, pelo Pedro II, e afinal iam para a Europa ou escolhiam entre as quatro escolas de direito e medicina. As quatro cobravam anuidades e seus cursos duravam cinco anos (direito) e seis anos (medicina). Um estudante típico entraria numa dessas escolas na idade de 16 anos e se formaria entre 21 e 22 anos. Outra alternativa para os ricos era a Escola Naval, sucessora da Real Academia de 1808, onde, apesar da gratuidade do ensino, era mantido um recrutamento seletivo baseado em mecanismos discriminatórios, o mais importante dos quais a exigência de custosos enxovais.

De modo geral, os alunos das escolas de direito provinham de famílias de recursos. As duas escolas cobravam taxas de matrícula (que no primeiro ano de funcionamento foi de 51\$200 réis). Além disso, os alunos que não

eram de São Paulo ou do Recife tinham que se deslocar para essas cidades e manter-se lá por cinco anos. Muitos, para garantir a admissão, faziam cursos preparatórios ou pagavam repetidores particulares. Esses custos eram obstáculos sérios para alunos pobres, embora alguns deles conseguissem passar pelo peneiramento. Menciona-se, por exemplo, a presença de estudantes de cor já nos primeiros anos da Escola de São Paulo, aos quais, por sinal, um dos professores se recusava a cumprimentar alegando que negro não podia ser doutor²⁴.

As pessoas de menores recursos podiam completar a educação secundária nos seminários ou em escolas públicas. A partir daí a escolha podiam ser os seminários maiores para uma carreira eclesiástica, a Escola Militar, sucessora da Academia de 1810, para uma carreira no exército, a Politécnica ou a Escola de Minas para uma carreira técnica. Nenhuma dessas escolas cobrava anuidade, a Escola de Minas dava bolsas para alunos pobres e a Escola Militar pagava pequeno soldo aos alunos²⁵. Alguns dos mais capazes políticos do Império seguiram esse caminho, salientando-se o caso do visconde do Rio Branco, ex-aluno da Academia Militar.

Ao final do Império, a Escola Militar transformara-se num centro de oposição intelectual e política ao regime, tanto pelo tipo de estudante que selecionava como pelo conteúdo da educação que transmitia. Seus alunos vinham em geral de famílias militares ou famílias remediadas, quase nunca de famílias ricas; sua educação era técnica e positivista, em oposição à formação jurídica e eclética da elite civil. Aliás, já em 1854 a oposição dos militares aos “legistas” se manifestara quando do início da publicação de *O Militar*. Nessa folha já estava nítida a percepção das diferentes origens sociais dos militares em relação à elite civil, do contraste entre os dois tipos de carreira e da divergência quanto às soluções para os problemas do país²⁶.

A educação militar no Império foi a que melhor continuou o espírito da reforma pombalina. Na tradição do Colégio dos Nobres, a Real Academia Militar salientava tanto a formação profissional como a formação técnica. O decreto de criação da Academia já lhe dava como objetivo formar oficiais capazes mas também engenheiros que pudessem construir estradas e pontes. A Academia deveria fornecer

"[...] um curso completo de ciências matemáticas, de ciências de ciências, de física, química, mineralogia, metalurgia e história natural, compreendendo o reino vegetal e animal"²⁷.

Em documento dirigido em 1835 pelos professores da Academia Militar ao ministro da Guerra são mencionados alguns aspectos políticos e sociais que influenciaram a criação da escola:

"A denominação de A. Militar bem que imprópria seja para um estabelecimento cujo objeto principal deverá ser o ensino de ciências inteiramente independentes das doutrinas militares, e sem restrições a classe alguma de cidadãos, é contudo escusável naquela época, em que a necessidade de instruir um gênero de instrução privativo para os militares se tornava mais difícil aos olhos de um governo absoluto, do que a ilustração da massa geral do povo; procurando destarte aquele ministro fazer participante toda a nação do favor aparentemente concedido a uma só classe"²⁸.

Mesmo após a separação da engenharia civil, a Escola Militar manteve os traços civis de seu ensino técnico e continuou a conceder diplomas de bacharel em matemática e engenharia. Os oficiais eram freqüentemente tratados de doutores: dr. general, dr. capitão, ou, simplesmente, seu doutor, numa clara busca de compensação simbólica pelo *status inferior* da educação técnica e militar, em relação à formação jurídica dos políticos²⁹.

Mas a formação técnica provavelmente não levaria a uma vigorosa oposição intelectual e política se não fosse pela introdução do positivismo. Foi o positivismo, presente na formação militar desde 1850, que deu aos militares a perspectiva filosófica que lhes permitiu articular intelectualmente sua opção política à elite civil.

Os cursos de direito foram criados à imagem do predecessor coimbrão. Os primeiros professores eram ex-alunos de Coimbra e alguns dos primeiros alunos vieram de lá transferidos. Mas houve importante adaptação no que se refere ao conteúdo das disciplinas. O direito romano foi abandonado em benefício de matérias mais diretamente relacionadas com as necessidades do novo país, tais como os direitos mercantil e marítimo e a economia política. A idéia dos legisladores brasileiros era a de formar não apenas juristas mas também advogados, deputados, senadores, diplomatas e os mais altos empregados do Estado, como está expresso nos Estatutos feitos pelo visconde de Cachoeira adotados no início dos cursos³⁰.

mudança afetou em alguma medida a formação dos bacharéis brasileiros segundo depoimento de Joaquim Nabuco, a primeira geração deles, da qual faz parte seu pai Nabuco de Araújo, aprendeu direito mais na prática do que na escola³¹. E, de fato, os grandes códigos legais do Império foram todos elaborados pela geração de Coimbra. Está nesse caso o Código Criminal e o Código Comercial, além da própria Constituição e suas reformas.

A educação eclesiástica, quase toda feita no Brasil, longe de Coimbra e sem o conjunto de direito romano, foi também um fator condicionante das diferenças de comportamento político dos padres em relação ao dos magistrados e militares. Falaremos sobre isso mais adiante.

Podemos agora dar início à apresentação dos dados sobre educação da elite política imperial. Os problemas apresentados pelas fontes de que nos utilizamos são discutidos no Apêndice. Na classificação das pessoas de acordo com esta dimensão foram adotados os seguintes critérios:

- Não foi feita distinção entre direito civil e direito canônico. Ambos foram registrados como *Direito*.
- Formação em ciências físicas e naturais, matemática, engenharia e filosofia, foi codificada como *Ciências Exatas*.
- Quando alguém tinha mais de um diploma, foi dada preferência ao que com maior probabilidade contribuiu para sua socialização política. A formação em direito foi dada preferência sobre todas as outras.
- Os que começaram mas não terminaram sua educação superior não foram considerados como possuindo tal educação. Igualmente, supôs-se que os militares sem indicação de terem cursado alguma academia militar ou outra escola superior não tinham educação superior.
- Quando alguém iniciou em um lugar a educação superior e a terminou em outro, o último lugar foi registrado.
- Todos os padres foram considerados como possuindo estudos eclesásticos, a não ser que constasse outro tipo de estudos, como direito canônico.

Começamos por apresentar o nível geral de educação da elite (quadro 4).

QUADRO 4
Nível Educacional dos Ministros, por Períodos, 1822-1889 (%)

Educação	Períodos					Total
	1822-31	1831-40	1840-53	1853-71	1871-89	
Com Educação Superior	86,67	85,72	86,96	96,00	95,46	91,32
Sem Educação Superior	11,11	14,28	13,04	4,00	4,54	8,22
Sem Informação	2,22	-	-	-	-	0,46
Total	100,00 (N = 45)	100,00 (N = 35)	100,00 (N = 23)	100,00 (N = 50)	100,00 (N = 66)	100,00 (N = 219)

Fonte: A lista, por ordem alfabética e por períodos, de todos os ministros, senadores e conselheiros, com as informações sobre lugar de nascimento, ocupação, local e tipo de educação superior e origem social pode ser encontrada em José Murillo de Carvalho, "A Elite Política Imperial", Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, texto mimeografado. Sempre que não indicado, esta lista será a referência básica para os cálculos das tabelas referentes à elite política.

QUADRO 5

Nível Educacional dos Senadores não-Ministros, por Períodos, 1822-1889 (%)

Educação	Períodos					Total
	1822-31	1831-40	1840-53	1853-71	1871-89	
Com Educação Superior	81,82	73,34	57,90	80,00	80,77	76,11
Sem Educação Superior	15,15	26,66	31,58	20,00	19,23	21,24
Sem Informação	3,03	-	10,52	-	-	2,65
Total	100,00 (N = 33)	100,00 (N = 15)	100,00 (N = 19)	100,00 (N = 20)	100,00 (N = 26)	100,00 (N = 113)

O quadro mostra uma elite altamente educada. Os números mais baixos para os dois primeiros períodos se devem à maior presença af de militares. Dos 18 ministros sem educação superior nesse grupo, 12 eram

militares. Isso significa, por outro lado, que tinham pelo menos o equivalente a uma educação secundária. O panorama geral não se modifica em relação aos senadores, 85% dos quais tiveram educação superior. Mas como entre os senadores estão incluídos vários ministros, separamos no quadro 5 aqueles que foram exclusivamente senadores. Há aí uma queda de uns 10 pontos percentuais, devida principalmente a modificações no segundo e terceiro períodos. O fenômeno explica-se pela possibilidade de chefes provinciais chegarem ao Senado mediante eleição. No primeiro período as listas eleitorais eram manipuladas por Pedro I em benefício de protegidos, em geral burocratas. Após a liberação regencial, as listas se tornaram mais autênticas – até onde o poderiam ser na prática eleitoral da época – e em geral, mesmo durante o Segundo Reinado, o senador mais votado era escolhido. Com isso alguns fazendeiros importantes mas sem formação superior, sobretudo de províncias de menor peso político, conseguiram chegar ao Senado. Mas é sintomático que após 1853, passada a fase de agitação política, volta a seletividade educacional a atingir os níveis iniciais.

Os dados para conselheiros de Estado e deputados também não fogem muito do padrão acima. Os conselheiros eram ainda mais educados do que os ministros: entre os 72 que compuseram o segundo Conselho de Estado (1840-1889), somente dois não tinham educação superior. O nível educacional dos deputados gerais era semelhante ao dos senadores.

No Brasil imperial, como na Turquia de Atatürk, estudada por Frederick W. Frey, a educação era a marca distintiva da elite política³². Havia um verdadeiro abismo entre essa elite e o grosso da população em termos educacionais. A plena dimensão do problema pode ser avaliada a partir dos dados de alfabetização mostrados no quadro 6.

Como se vê, um altíssimo índice de analfabetismo. Entre a população escrava o índice atingia 99,9% em 1872. A má qualidade do Censo de 1890 pode ser responsável pelo declínio indicado para esse ano na taxa de alfabetização, mas a taxa real não deveria ser muito mais alta, pois em 1920, 30 anos mais tarde, os analfabetos ainda representavam 76% da população total.

QUADRO 6
Porcentagem da População Alfabetizada, 1872-1890

1872		1890	
Homens	23,43	Homens	19,14
Mulheres	13,43	Mulheres	10,35
Total (1)	18,56	Total	14,80
Total (2)	15,75		

Fontes: Recenseamentos de 1872 e 1890. O total (1) refere-se à porcentagem de alfabetização na população livre. O total (2) refere-se à mesma porcentagem no total da população, exceto 181.583 pessoas para as quais o censo não fornece informação.

O número de alunos matriculados em escolas primárias e secundárias era também muito baixo. De acordo com o Censo de 1872, somente 16,85% da população entre seis e 15 anos frequentava escola. E havia menos de 12.000 alunos matriculados nas escolas secundárias numa população livre de 8.490.910 habitantes. Os dados de ocupação fornecidos pelo Censo de 1872 permitem calcular o número de pessoas com educação superior no país em torno de 8.000. No que se refere à educação não há dúvida de que a elite política não podia ser menos representativa da população em geral.

A homogeneidade gerada pelo nível educacional era reforçada pelo local comum de formação, como indica o quadro 7. A diferença em relação aos quadros anteriores é que houve um corte radical provocado pela Independência, o qual resultou na formação de duas gerações distintas de políticos, uma formada em Portugal (Coimbra), a outra formada no Brasil (São Paulo e Olinda/Recife). A primeira dominou os dois primeiros períodos e ainda era importante no terceiro, mas desapareceu totalmente após 1853, isto é, a geração de Coimbra predominou exatamente durante a fase de consolidação política do sistema imperial. A partir da Conciliação, ou mesmo desde o final da Revolução Praieira, não só houve sua substituição pela geração "brasileira", como também se verificou uma modificação na natureza dos problemas políticos que desafiavam a elite³³.

A situação dos senadores era semelhante, com algumas particularidades. A primeira refere-se à vida mais longa da geração de Coimbra, que no terceiro período representava ainda 62% do total e 9% no quarto

período. A vitaliciedade do cargo de senador e a exigência de idade mínima de 40 anos ajudam a explicar essa maior longevidade. A geração que conseguiu a sair das escolas brasileiras no início da década de 1830 só teve acesso ao Senado a partir da metade dos anos 40, depois de já dominar os postos ministeriais onde alguns chegaram com menos de 30 anos. A segunda refere-se ao maior número de senadores formados fora das escolas de direito durante a Regência (28%) e durante o último período (também 28%). Na regência o fato deve-se à entrada de padres no Senado, liderados por Feijó, não nos ocorrendo razão específica para a mudança no último período.

QUADRO 7
Local de Educação Superior dos Ministros, por Períodos, 1822-1889 (%)

Local	Períodos					Total
	1822-31	1831-40	1840-53	1853-71	1871-89	
Coimbra	71,80	66,68	45,00	-	-	28,50
Outro*	28,20	16,67	-	-	-	8,00
Total Portugal	100,00	83,35	45,00	-	-	36,50
São Paulo	-	3,33	30,00	35,42	49,20	27,50
Olinda/Recife	-	-	15,00	39,58	34,92	22,00
Outro*	-	6,66	10,00	20,83	14,28	11,50
Total Brasil	-	9,99	55,00	95,83	98,40	61,00
Outro País	-	6,66	-	4,17	1,60	2,50
Total Geral	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
	(N = 39)	(N = 30)	(N = 20)	(N = 48)	(N = 63)	(N = 200)

*Indica quase sempre formação em escolas militares, de Portugal ou do Brasil.

Já discutimos a grande importância de Coimbra para a unificação da elite política. Não só se desenvolviam contatos e se formavam amizades entre os brasileiros, como surgiam atritos abertos com os estudantes portugueses, especialmente após a Independência. Os brasileiros chegaram a organizar associações do tipo da que ficou conhecida como a *Jardineira*. A criação das duas escolas jurídicas brasileiras mudou o quadro quanto ao

aspecto de unificação. O regionalismo esteve muito presente durante os debates parlamentares sobre a localização e o número das escolas a serem criadas, tanto em 1823 como em 1826. A pressão das grandes províncias não permitiu a criação de uma única escola ou universidade localizada na capital do país. Como já tinham sido criadas escolas de medicina e militar no Rio e uma escola de medicina na Bahia, e grande luta travou-se em torno das estratégicas escolas de direito. Os centralistas conseguiram, então, substituir a rivalidade provincial pela rivalidade regional: foram dadas uma escola para o norte e outra para o sul, a primeira localizada em Pernambuco, a segunda em São Paulo. Minas foi mais tarde compensada com as Escolas de Farmácia e de Engenharia de Minas, o Rio Grande do Sul com uma Escola Militar.

QUADRO 8
Origem Geográfica dos Estudantes de Quatro Escolas, 1854 (%)

Origem	Escolas			
	Olinda/Recife	São Paulo	Bahia	Rio
Norte	88,12	6,82	92,08	15,54
Sul	11,88	93,18	7,92	84,46
Total	100,00 (N = 320)	100,00 (N = 264)	100,00 (N = 269)	100,00 (N = 303)

Fonte: *Relatório do Ministro do Império*, 1855. O norte inclui as províncias do Amazonas até a Bahia, o sul o resto.

As quatro grandes escolas de medicina e direito funcionaram de fato como centros regionais de formação, como o demonstra a origem geográfica de seus estudantes (quadro 8).

O fato de se tratar de uma concentração regional e não provincial é ainda confirmado pela informação do mesmo *Relatório* citado acima de que 70% dos estudantes das duas escolas de direito provinham de fora das províncias em que se localizavam as escolas, porcentagem que se manteve constante ao longo do período.

Mas tendo em vista o tamanho do país e a força das rivalidades provinciais, a bipartição das escolas de direito pode ser considerada antes uma concentração do que o oposto. Além disso, o governo central manteve sempre

estrita supervisão das escolas superiores, sobretudo as de direito. Diretores e professores eram nomeados pelo ministro do Império, programas e manuais tinham que ser aprovados pelo Parlamento. Os relatórios ministeriais estão sempre cheios de comentários, críticas e sugestões referentes a essas escolas, donde resultavam freqüentes reformas³⁴. Acrescente-se ainda que era fácil e comum a transferência de alunos de uma escola para outra, especialmente dos alunos de direito. As razões para transferência provinham em geral de atritos com professores ou do menor rigor do ensino em Pernambuco: estudantes com dificuldades de aprovação em São Paulo buscavam vida mais fácil em Recife.

A formação de cliques escolares, verificada em Coimbra, também se dava, e em escala maior, em São Paulo e Recife. Nabuco de Araújo, por exemplo, foi colega e amigo, em Olinda, de Araújo Lima, Simibu e Ferraz, três futuros chefes partidários e presidentes do Conselho de Ministros. O mesmo se deu com Zacarias e Cotegipe. Na condição de chefes de partidos opostos, os dois envolveram-se mais tarde em ásperas discussões no Parlamento sem, no entanto, quebrar os laços de amizade criados na juventude. A turma de 1866 da escola de São Paulo incluía Castro Alves, o poeta abolicionista e de tendências republicanas; Joaquim Nabuco, futuro deputado, líder abolicionista e monarquista convicto; Afonso Pena, futuro ministro no Império e Presidente da República; Rui Barbosa, futuro deputado no Império, líder liberal e ministro republicano; Rodrigues Alves, futuro deputado no Império e depois Presidente da República, e Bias Fortes, um dos principais políticos de Minas Gerais na República³⁵.

O efeito homogeneizador da educação foi ainda reforçado pela predominância da formação jurídica, conforme indica o quadro 9. Pode-se ver que os efeitos da reforma pomballina ainda se faziam sentir nos dois períodos iniciais: era significativo o número de políticos formados em ciências exatas. Na realidade, esse número era ainda maior se considerarmos que a educação militar do Colégio dos Nobres era fortemente marcada pelas ciências exatas e naturais. Mas mesmo nesses períodos o direito continuou dominante. E, como já indicamos, a formação científica se destinava também a formar funcionários públicos especializados. De fato, quase todos os elementos com formação em ciências exatas constantes do quadro 9 eram funcionários públicos. Se não tinham o estudo formal dos instrumentos de construção do Estado, tinham a prática de seu exercício e certamente o interesse representado pelos salários. Nos períodos subsequentes, o domínio dos bacharéis em direito foi esmagador.

Os dados para os senadores não apresentam resultados muito distintos. A predominância do direito é ainda maior do que entre os ministros, sobretudo nos dois primeiros períodos (61% e 71% respectivamente). Salienta-se a grande presença de padres durante a Regência (28%), devida à influência de Feijó, e a menor representação global de militares (8%), devida ao fato de se envolverem menos em política partidária. Vê-se, no entanto, que no último período há uma volta de elementos com formação militar ao Senado (13%), certamente um reflexo da Questão Militar e da subsequente politização da corporação.

QUADRO 9

Formação dos Ministros, por Períodos, 1822-1889 (%)

Formação	Períodos					Total
	1822-31 (N = 39)	1831-40 (N = 30)	1840-53 (N = 20)	1853-71 (N = 48)	1871-89 (N = 63)	
Jurídica	51,29	56,67	85,00	77,09	85,73	72,50
C. Exatas	20,51	13,33	5,00	2,08	-	7,00
Militar	28,20	20,01	10,00	18,75	7,93	16,50
Médica	-	6,66	-	2,08	6,34	3,50
Religiosa	-	3,33	-	-	-	0,50
Total	100,00 (N = 39)	100,00 (N = 30)	100,00 (N = 20)	100,00 (N = 48)	100,00 (N = 63)	100,00 (N = 200)

Fonte: Para as listas de estudantes formados nas duas escolas, ver Spencer Vampré e Clóvis Bevilacqua.

O ponto importante a guardar de toda a análise é que a síndrome educação superior/educação jurídica/educação em Coimbra deu à elite política da primeira metade do século aquela homogeneidade ideológica e de treinamento que apontamos como necessária para as tarefas de construção do poder nas circunstâncias históricas em que o Brasil se encontrava.

Coimbra foi particularmente eficaz em evitar contato mais intenso de seus estudantes com o Iluminismo francês, politicamente perigoso. Além do fato já apontado de que o Iluminismo português foi do tipo não libertário, é preciso acrescentar que após a Viradeira o isolamento da Universidade em relação ao resto da Europa foi retomado. É revelador o testemunho de Bernardo Pereira de Vasconcelos, formado em Coimbra em 1819, feito durante os debates parlamentares de 1826 sobre a criação dos cursos jurídicos.

"O direito de resistência, este baluarte da liberdade, era inteiramente proscrito; e desgraçado de quem dele se lembrasse!... [A Universidade de Coimbra] está inteiramente incommunicável com o resto do mundo científico. Ali não se admite correspondência com outras academias; ali não se contero os seus senão àqueles que estudaram o ranço de seus compêndios; ali estava aberta continuamente uma inquisição pronta a chamar às chamas todo aquele que tivesse a desgraça de reconhecer qualquer verdade ou na religião, ou na jurisprudência, ou na política"³⁶.

O debate de 1823 revelou também nas intervenções de José da Silva Lisboa a natureza politicamente conservadora da própria reforma pombaalina. Silva Lisboa freqüentou Coimbra entre 1774 e 1779, em plena reforma, e formou-se em filosofia e direito canônico. Como fruto típico do Iluminismo português, traduziu Adam Smith, defendeu o progresso, o trabalho livre e a indústria, mas traduziu também a obra de Burke sobre a Revolução Francesa. Quando se discutia na Constituinte a liberdade de educação, ele foi enfático: "Absolutamente nenhum governo pode tolerar que em quaisquer aulas se ensinem, por exemplo, as doutrinas do contrato social do sofista de Genebra"³⁷.

Esse conservadorismo contrasta com o comportamento político dos que se formaram em outros países europeus, sobretudo na França, e dos que se formaram no Brasil, aos quais, estranhamente, parecia ser mais fácil entrar em contato com o Iluminismo francês. As academias, as sociedades literárias, as sociedades secretas, formadas no Brasil, e as próprias rebeliões que precedem a Independência exibem quase que invariavelmente a presença de elementos formados na França ou influenciados por idéias de origem francesa, os primeiros em geral médicos, os segundos, padres. Entre 1777 e 1793, 12 brasileiros se formaram em medicina em Montpellier, dois dos quais se envolveram na Inconfidência Mineira, juntamente com outro formado na Inglaterra e com vários padres, todos leitores de obras francesas e americanas. Dois outros médicos pertenciam à *Sociedade Literária do Rio de Janeiro* e foram presos em 1794 sob a acusação de conspiração e de adorar as "erradíssimas máximas francesas". Ainda outro médico, que era também ex-padre, Manuel de Arruda Câmara, dirigiu o *Azeóphago de Itambé*, sociedade organizada em Pernambuco para propagar idéias francesas e republicanas. Também médico e padre era Francisco de Arruda Câmara, mestre dos revolucionários de 1817 e 1824.

Padres, médicos e maçons: eis os mais típicos representantes do radicalismo político nas três décadas que precederam a Independência. Muitos deles não diferiam dos magistrados pela origem social: diferiam pela formação e pela carreira. No caso da Conjuração Baiana de 1798, o radicalismo francês revelou-se em suas formas mais agudas e atingiu as camadas inferiores da população: soldados, alfaiates, artesãos em geral, e mesmo escravos. A transição das idéias igualitárias fez-se graças à presença em Salvador do comandante Larcher, da fragata francesa *La Penhuse*, que se reunia com letrados formados no Brasil, tais como o padre Francisco Agostinho Gomes, o cirurgião Cipriano José Barata, o professor de retórica Francisco Muniz Barreto, o tenente Hermógenes de Aguiar Pantoja. Esses elementos, por sua vez, as retrasmittiram aos soldados e artesãos que tentaram levá-las à prática³⁸.

O isolamento a que estavam submetidos os alunos de Coimbra foi quebrado nas escolas de direito brasileiras. Mas as idéias radicais continuaram ausentes dos compêndios adotados. Desenvolveu-se uma orientação mais pragmática e eclética sob a influência de Benham e Víctor Cousin, este último talvez o autor de maior influência intelectual sobre a elite brasileira até 1870. Segundo observa Mercadante, o compromisso e a adaptação foram a característica básica da elite política e intelectual, refletindo a situação do país em que um governo constitucional e uma constituição liberal tinham que coexistir com oligarquias rurais e com o trabalho escravo³⁹.

A vida intelectual do país começou a mudar significativamente no início da década de 1870, com a introdução de outras correntes europeias de pensamento, sobretudo o positivismo e o evolucionismo. A essa altura, a sólida homogeneidade da elite política começava a ser minada por vários fatores. O ensino das escolas de direito aprofundou a tendência à maior diversificação e pragmatismo já presentes nos estatutos iniciais. A reforma de 1879 dividiu o curso em ciências jurídicas e ciências sociais, as primeiras para formar magistrados e advogados, as segundas diplomatas, administradores e políticos⁴⁰.

A mudança era em parte forçada pelos desequilíbrios entre oferta e demanda de graduados. Já bem cedo começou a haver excesso de bacharéis em relação ao número de empregos abertos na magistratura. Certamente o desenvolvimento do país foi abrindo oportunidade de emprego no campo da advocacia. A própria elite política ao final do período era composta predo-

minantemente de advogados, enquanto no início dominavam os magistrados. Mas o mercado para advogados tendia a concentrar-se nas cidades e em bairros. Mas o mercado para advogados tendia a concentrar-se nas cidades e em bairros. Mas o mercado para advogados tendia a concentrar-se nas cidades e em bairros. Mas o mercado para advogados tendia a concentrar-se nas cidades e em bairros. Mas o mercado para advogados tendia a concentrar-se nas cidades e em bairros.

Não escapavam aos políticos as possíveis conseqüências políticas do desemprego de bacharéis. Já em 1835 o ministro do Império dizia em seu Relatório:

"A experiência tem demonstrado que a existência de dois Cursos Jurídicos dá um número de pessoas habilitadas muito superior ao que as necessidades do país exigem; o que se deixa bem conhecer pelo fato, já acontecido, de bacharéis formados solicitarem empregos, e bem pequenos, mui diversos de sua profissão, por falta de lugares na magistratura. Dois inconvenientes mui graves resultam da superabundância de concorrentes a estes estudos: o primeiro, o desvio de braços e de talentos das profissões em que poderiam ser mui úteis a si e ao Estado, para se dedicarem a outros onde não são precisos, o que equivale à perda desses braços e talentos; o segundo, o desconhecimento que pode vir a ter funestas conseqüências"⁴².

Em uma economia monocultora baseada em trabalho escravo, as limitações da estrutura ocupacional atingiam ainda com mais força os elementos formados em áreas mais especializadas. Um bom exemplo é o da Escola de Minas de Ouro Preto, inaugurada em 1876. Embora localizada em região rica em recursos minerais e claramente vocacionada a promover a exploração desses recursos, a falta de mercado para engenheiros de minas forçou a inclusão da engenharia civil no currículo. Mesmo assim, grande parte dos engenheiros civis dependia ainda do Estado para empregar-se⁴³. A maior importância política do desemprego de bacharéis, no entanto, vinha do fato de serem mais habilitados a formular suas queixas em termos políticos e a servir de instrumento a grupos de oposição, incluindo os que buscavam a queda da monarquia.

Como observação final, seria interessante comparar a educação da elite brasileira com a da inglesa no século passado. Também na Inglaterra a educação foi fator de coesão e treinamento, mas com características distintas. A elite inglesa era quase toda constituída por membros da aristocracia, o que lhe conferia sólida homogeneidade social. Mesmo assim, era em sua grande maioria encaminhada para um conjunto de escolas que reforçavam sobre modo seus traços distintivos. Salientavam-se as escolas públicas de Eton e Harrow e as universidades de Oxford e Cambridge. Pelas últimas, por exemplo, passaram todos os aristocratas com educação superior que chegaram ao Ministério entre 1868 e 1955⁴⁴.

Mas os efeitos homogeneizadores dessas escolas não provinham tanto da transmissão de uma ideologia particular e de um treinamento específico para as funções públicas como nos casos de Portugal e do Brasil. As velhas escolas públicas e o complexo Oxbridge, segundo Guitzman, tinham mais importância pelo aspecto social que intelectual. Sua preocupação era antes a formação do caráter, a veiculação de um estilo de vida aristocrático que distinguisse os alunos do resto da população e reforçasse neles a noção de que eram parte de um grupo destinado naturalmente a governar. Dava-se grande importância ao esporte, sobretudo ao *cricket*, como arma na luta contra os pecados do ócio e do sexo, e também como meio de desenvolver nos futuros líderes ao mesmo tempo o senso da disciplina e do comando. O conteúdo do ensino também não apresentava matérias diretamente vinculadas às tarefas de governo e de administração. Estudava-se pouco e esse pouco se concentrava nos clássicos sem buscar a formação de profissionais. O serviço público era tido como obrigação da nobreza e ela o exercia como a um entre outros *hobbies*. Para o exercer bastava ao político saber comportar-se como cavalheiro autêntico, honrado e cristão.

Pesavam na diferença apontada tanto a composição social das duas elites como a natureza e o peso do Estado nos dois sistemas. Tanto era a elite brasileira menos homogênea socialmente como era o Estado mais ativo relativamente à atuação de grupos sociais. Daí o papel mais importante da educação da elite no Brasil como fator de coesão e de treinamento. Mas daí também a maior vulnerabilidade do sistema brasileiro. O maior peso do Estado aumentava a competição por seu controle e a menor homogeneidade social da elite exigia a atuação de outros fatores que não a educação para mantê-la coesa.

NOTAS

1. Para uma história da Universidade de Coimbra, ver Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra nas suas Relações com a Instrução Pública Portuguesa*, 4 volumes; ver ainda Mário Brandão e M. D'Almeida Lopes, *A Universidade de Coimbra*.
2. Teófilo Braga, *op. cit.*, vol. I, p. 126.
3. *Op. cit.*, vol. II, p. 437-464.
4. Sobre a atuação desses cientistas no Brasil, ver Maria Odília da Silva Dias, "Aspectos da Ilustração no Brasil", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n.º 278 (1968), p. 116. Sobre a política de Pombal em Portugal e no Brasil, ver Kenneth R. Maxwell, *A Devassa da Devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808*, especialmente cap. 1-3.
5. Cabral de Moncada, *Um "Luminista" Português do Século XVIII: Luís António Verney*, citado em Laerte Ramos de Carvalho, *As Reformas Pombalinas da Instrução Pública*, p. 26-7.
6. Citado em Ricardo Krebs Wickens, "The Victims of a Conflict of Ideas", em Magnus Morner (ed.), *The Expulsion of the Jesuits from Latin America*, p. 47-52.
7. Esse argumento foi usado por Guilherme Furlong ao combater a afirmação de Ingenieros de que a expulsão dos jesuítas favorecera a revolução na Argentina. Ver "The Jesuit Heralds of Democracy and the New Despotism", em Magnus Morner, *op. cit.*, p. 41-46.
8. Informações sobre a ação de cientistas "ilustrados" em Minas Gerais podem ser encontradas em José Ferreira Carrato, *Igreja, Luminismo e Escolas Mineiras Coloniais*. A lista de cientistas ocupando cargos públicos está nas páginas 240-45. Ver também Kenneth R. Maxwell, "The Generation of the 1790's and the Idea of Luso-Brazilian Empire", em Dauril Alden (ed.), *Colonial Roots of Modern Brazil*, p. 407-44.
9. Ver *Obras Econômicas de J. J. da Cunha Azeredo Coutinho*. Para uma análise dessas obras ver F. Bradford Burns, "The Role of Azeredo Coutinho in the Enlightenment of Brazil", *Hispanic American Historical Review*, XLIV, 2 (maio, 1964), p. 145-160.
10. Teófilo Braga, *op. cit.*, vol. III, p. 642-45.
11. Ver Francisco de Melo Franco, "Reino da Estupidez", em Mário de Lima (org.), *Colêânea de Autores Mineiros*.

12. Ver José Ferreira Carrato, *op. cit.*, p. 151-52. O cálculo da população foi tirado de Dauril Alden, "The Population of Brazil in the Late Eighteenth Century: A Preliminary Study", *Hispanic American Historical Review*, XLIII, 2 (maio, 1963), p. 191.
13. A citação está em Américo Jacobina Lacombe, "A Igreja no Brasil Colonial", em Sérgio Buarque de Holanda (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo I, vol. II, p. 72.
14. É esta hipótese de Hans-Albert Steger em *As Universidades no Desenvolvimento Social da América Latina*, p. 100.
15. Arciniegas baseou-se em Pedro Henriquez Urena. Há algumas divergências quanto ao número de universidades. De acordo com John Tate Lanning, elas seriam apenas 23, pois, segundo ele, algumas universidades menores se tornaram maiores e foram contadas duas vezes. Ver John Tate Lanning, *Academic Culture in the Spanish Colonies*, p. 3-33.
16. *Ibidem*, p. 18.
17. *Ib.*, p. 33.
18. Sobre a Universidade de Córdoba, ver Bernard Moses, "The Colonial University of Cordova", em Richard D. Greenleaf, *The Roman Catholic Church in Colonial Latin America*; p. 129-37. Sobre a Universidade de San Felipe, Amanda Labarca H., *Historia de la Enseñanza en Chile*; sobre as universidades colombianas, Luis Antonio Bohorquez Casallas, *La Evolución Educativa en Colombia*; para o Equador, Jacques M. P. Wilson, *The Development of Education in Ecuador*. Ver ainda *La Universidad Nacional de Buenos Aires*, sem autor; Daniel Valcarcel *San Marcos, Universidad Decana de América*; e R. H. W. Benjamin, *La Educación Superior en las Repúblicas Americanas*.
19. Ver Lanning, *op. cit.*, p. 53.
20. Sobre influência do Iluminismo na América Latina em geral, ver Arthur P. Whitaker (ed.), *Latin America and the Enlightenment*, especialmente os capítulos escritos por Roland D. Hussey, "Traces of French Enlightenment in Colonial Spanish America", p. 23-51, e Alexander Marchant, "Aspects of the Enlightenment in Brazil", p. 95-118.
21. Em trabalho paralelo e independente do nosso, Roderick e Jean Barman utilizaram fontes semelhantes de dados e chegaram a conclusões também freqüentemente semelhantes às nossas. Seu trabalho discrimina os estudantes brasileiros em Coimbra por área de estudos. Quanto à origem geográfica, dobram o período 1771-1830 em quinquênios, o que lhes permite detectar maior participação de mineiros até o final do século XVIII, seguida de um recuo e da ascensão dos baianos. Ver Roderick e Jean Barman, "The Role of the Law Graduate in the Political Elite of Imperial Brazil", *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol. 28, nº 4 (novembro, 1976), p. 423-449.
22. Para uma breve descrição da evolução educacional do Brasil no século XIX, ver M. P. de Oliveira Santos, "Instrução Pública", em *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, p. 373-412. Para um tratamento mais extenso do tema, Primitivo Moacyr, *A Instrução e o Império*, em três tomos.
23. Houve na época protestos no Parlamento e na imprensa contra a transformação do antigo Seminário de São Joaquim, que ensinava artes a meninos pobres, em escola de ricos. Ver *Aurora Fluminense*, 08/06/1838, p. 3, e 21/09/38, p. 1-2.
24. Ver Alberto Venâncio Filho, *Das Arcadas ao Bacharelismo*, p. 41.
25. Sobre essas escolas, ver Primitivo Moacyr, *op. cit.*
26. Ver John Henry Schulz, *The Brazilian Army in Politics, 1850-1894*, especialmente p. 69-87.
27. Citado em Cel. Adalton Prassununga, *O Exército Militar no Brasil (Colônia)*, p. 60.
28. Citado em Primitivo Moacyr, *op. cit.*, tomo I, p. 611-12. O ministro de que fala o documento era o Conde de Linhares, um entusiasta do progresso científico na melhor tradição pombalina.
29. Ver, por exemplo, Cor. F. de Paula Cidade, "O Exército em 1889. Resumo Histórico", em *A República Brasileira*, p. 249-250.
30. Sobre os cursos de direito, ver Clóvis Beviláqua, *História da Faculdade de Direito do Recife*. Spencer Vampré, *Memórias para a História da Academia de São Paulo e Almeida Nogueira, A Academia de São Paulo. Tradições e Reminiscências, Estudantes, Estudantes, Estudantes*. Ver também Alberto Venâncio Filho, *Das Arcadas ao Bacharelismo*.
31. Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, p. 50-52.
32. A elite política turca da primeira metade do século XX apresenta interessantes pontos de comparação com a elite imperial brasileira, como veremos adiante. Ver sobre ela o trabalho de Frederick W. Frey, *The Turkish Political Elite*. A parte referente à educação está nas páginas 29-72.
33. No trabalho já citado, Roderick e Jean Barman subdividem ainda a geração de Coimbra entre os formados antes e depois de 1816, mas não dão nenhuma razão, além da idade e da preferência de Pedro I pelos mais velhos, para a distinção.

34. Sobre as reformas das escolas de direito, ver Primitivo Moacyr, *op. cit.*, vol. II, passim.
35. Para as listas de estudantes formados nas duas escolas, ver Spencer Varnpré e Clóvis Beviláqua.
36. *Anais da Câmara dos Deputados*, 1826, tomo IV, p. 64-65.
37. Citado em M. P. de Oliveira Santos, *op. cit.*, p. 384. Sobre José da Silva Lisboa, visconde de Cairu, ver Antônio Paim, *Cairu e o Liberalismo Econômico*.
38. Ver Carlos Rizini, "Dos Clubes Secretos às Lojas Maçônicas", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, 190 (1946), p. 29-44; e Alexander Marchant, *Aspects of the Enlightenment in Brazil*. Sobre o papel dos médicos, Carlos da Silva Araújo, "Médicos Brasileiros Graduados em Montpellier e os Movimentos Políticos da Independência Nacional", *Revista do Instituto Histórico de Minas Gerais*, VIII (1961), p. 125-40. Sobre a Inconfidência Mineira e seus participantes, Lúcio dos Santos, *A Inconfidência Mineira*, e Kenneth R. Maxwell, *A Deusassa da Deusassa*. Sobre a rebelião de 1817, Francisco Muniz Tavares, *História da Revolução de Pernambuco em 1817*, e Carlos Guilherme Mota, *Nordeste 1817: Estruturas e Argumentos*. A última revolta de maior vulto feita no Império, a Praieira, ainda teve forte influência francesa em seus ideólogos. Ver a respeito Amaro Quintas, *O Sentido Social da Revolução Praieira*, e Gilberto Freyre, *Um Engenho Francês no Brasil*. Sobre a Conjuração Baiana, ver Afonso Ruy, *A Primeira Revolução Social Brasileira (1798)*.
39. Ver Paulo Mercadante, *A Consciência Conservadora no Brasil*. Sobre a história intelectual do país, ver Cruz Costa, *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. Outras obras de consulta proveitosa são Luis Washington Vita, *Antologia do Pensamento Social e Político no Brasil*; A. L. Machado Neto, *História das Idéias Jurídicas no Brasil*; Yamiréh Chacon, *História das Idéias Socialistas no Brasil*; João Camilo de Oliveira Torres, *O Positivismo no Brasil*; Nelson Saldanha, *História das Idéias Políticas no Brasil*.
40. Ver Primitivo Moacyr, *op. cit.*, vol. II, p. 176-77, 215-16.
41. Os dados para os formados pela escola de Recife estão em Clóvis Beviláqua, *op. cit.*
42. Citado em Primitivo Moacyr, *op. cit.*, p. 371-72.
43. Sobre a Escola de Minas, ver José Murilo de Carvalho, *A Escola de Minas de Ouro Preto: O Peso da Glória*. A importância política do excesso de bacharéis é apontada também por Roderick e Jean Barman, *op. cit.*, p. 441-43.
44. Ver W. L. Guttman, *The British Political Elite*, esp. p. 151-158. Baseamo-nos nesse autor para as observações sobre a elite inglesa.

capítulo 4
Unificação da elite: o domínio
dos magistrados